Proibido roubar na quebrada: território, lei e hierarquia no PCC.

Mauricio Bacic Olic

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/6265>

DOI: 10.4000/pontourbe.6265

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Mauricio Bacic Olic, « Proibido roubar na quebrada: território, lei e hierarquia no PCC. », *Ponto Urbe* [Online], 24 | 2019, posto online no dia 26 junho 2019, consultado o 03 junho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/6265> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.6265>

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 junho 2020.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Proibido roubar na quebrada: território, lei e hierarquia no PCC.

Mauricio Bacic Olic

REFERÊNCIA

BIONDI, Karina. Proibido roubar na quebrada: território, lei e hierarquia no PCC. 2018. São Paulo: Editora Terceiro Nome/Gramma.

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 03/02/2019

Aceitação / Accepted 03/05/2019

- 1 Uma etnografia em movimento. Esse parece ser o grande desafio que a pesquisa de Karina Biondi busca enfrentar ao seguir as dinâmicas, ou melhor, os *ritmos*, pelos quais os enunciados do Primeiro Comando da Capital se espalham por diferentes *quebradas* e unidades prisionais.
- 2 O caminho adotado pela autora para enfrentar o desafio de etnografar um “objeto incorpóreo” foi adotar o movimento como método que conduz a pesquisa. Mais do que uma opção, colocar-se “em movimento no *movimento*” se apresentou como uma necessidade diante das dificuldades existentes tanto em acessar interlocutores que vivem em torno de atividades consideradas ilegais (a qualquer momento eles podem *sair do ar*), como pela ausência de uma totalidade coerente ou uma territorialidade fixa que delimitasse os contornos do trabalho de campo, assim como pela própria dinâmica de funcionamento do PCC.
- 3 Certa vez, François Laplantine (2004) escreveu que a descrição etnográfica não fixa a visão em um saber, mas introduz uma preocupação naquilo que é visto. Este parece ser um importante princípio da pesquisa. Karina Biondi se propôs a descrever como seus

interlocutores constroem modos singulares de conhecimento no intuito de elaborar uma ciência social do observado. Para isso, passou a explorar as incompletudes e *brechas* que, a princípio, impediam a construção de um saber voltado a estabelecer conceitualmente totalidades orgânicas coerentes, que, de certo modo, se alinham à perspectiva midiática e policial já existente sobre o PCC. Ou seja, dialogando com Deleuze e Guattari (importantes referências teóricas na pesquisa), a autora se negou a construir conceitualmente um “Corpo com Órgãos” para o PCC, em que as diferenças e contradições encontradas tendem a ser descartadas na construção de uma visão coesa e orgânica *do movimento*. Ao invés disso, a pesquisa explora sua dimensão incorpórea que se efetua no movimento como um “Corpo sem Órgãos”. Mais importante do que mapear sua extensão territorial é realizar uma etnografia em que as intensidades sejam descritas por meio dos diferentes *ritmos* de como as *ideias* circulam e *repercutem* pelas *quebradas*.

- 4 Para atingir esse objetivo, a autora realiza um movimento de diálogo com os diferentes sentidos atribuídos às *brechas*, lacunas e incompletudes encontradas em campo. Se a princípio os pesquisadores tendem a descartá-las, Biondi segue o caminho oposto. Enxerga nas *brechas* a possibilidade tanto de “não trair o campo”, como encara as aporias encontradas como espaço privilegiado para se colocar em *sintonia* com os fluxos e conexões produzidas pelo “movimento PCC” em diferentes territorialidades pelas quais circulam seus enunciados. E, mais do que isso, ao encontrar as *brechas* a pesquisa explora o caráter criativo que envolve a descrição etnográfica quando é realizada a partir dos modos de conhecimento não do observador, mas do observado.
- 5 Trata-se de descrever como a “ideia PCC” *repercuta* por diferentes territorialidades e evidencia modos distintos de se “fazer PCC”. Movimento este que, como mostrado em pesquisa anterior (Biondi, 2010), se efetua por meio de uma dinâmica ao mesmo tempo transcendente, imanente e desindividualizada. Se em sua pesquisa de mestrado a autora explora como a transcendência é construída a partir das práticas cotidianas nas prisões e aponta para consolidação de uma entidade coletiva PCC, na pesquisa de doutorado, por sua vez, o objetivo se desloca para como a “ideia PCC” se espalha com *ritmos* diferenciados de acordo com o território estudado.
- 6 Feita as considerações gerais que apontam para a originalidade e a qualidade da pesquisa, proponho agora realizar um movimento de explorar as *brechas* e produzir novas *sintonias* de modo que o movimento não se encerre ao final da leitura do livro. Ou seja, buscarei agora explorar algumas possíveis *repercussões* de como o movimento proposto pela autora possa ser levado adiante a partir de outras conexões para além das vivenciadas pela pesquisadora. Saliento apenas que as *brechas* encontradas não são fruto de avaliações morais da obra, mas da produção de uma espécie de desassossego intelectual que *desenterraram* em mim certas ideias e as colocaram em movimento. Aqui cabe chamar a atenção para a posição por mim ocupada que difere da autora. Enquanto sua pesquisa é resultado de uma perspectiva (experiência) de dentro que, contudo, não busca colocar-se como sendo o “ponto de vista do nativo”, a posição por mim ocupada não é propriamente de um pesquisador, mas de professor que atua na Fundação CASA¹ e em escolas públicas nos últimos quinze anos. Essas experiências profissionais me permitem vivenciar uma pluralidade de situações e atores que torna possível estabelecer outras conexões de como o *movimento* se territorializa através de *ritmos* diferenciados, seja na Fundação, seja nas *quebradas*. Seguindo a tese da autora, mais do que pensar estes espaços pela ideia de controle (ou não) do crime, trata-se de encará-los

como vasos comunicantes que apontam para outras experiências de como a “ideia PCC” potencialmente se apresenta.

- 7 Um primeiro aspecto no qual a leitura do livro me afetou diz respeito à importância de se atentar aos diferentes *ritmos* como estratégia para não estriar o *movimento*. Digo isso, pois durante os anos que leciono na Fundação CASA pude perceber diferentes formas pelos quais os jovens almejam “fazer o PCC” que, inclusive, em alguns momentos não estavam em *sintonia* com os resultados de pesquisas etnográficas realizadas em torno dos agenciamentos prisionais, e para além deles, tal como nos estudos de Biondi (2010), Feltran (2018), Marques (2014) e Mallart (2014). O modo como a “ideia PCC” se territorializou em unidades da então FEBEM apresentou-se para mim como uma força sem dúvida transcendente; entretanto, em sua imanência, pude observar *ritmos* que apontavam para centralização em torno da individualização de condutas daqueles que ocupavam posições de agenciamento político nas unidades. Ou seja, em muitas *situações* os jovens que exerciam posições de agenciamento político encaravam suas posições como sinais de status, prestígio e privilégio, ferindo assim a *ética* em torno do princípio da *igualdade* enquanto eixo da reciprocidade entre *ladrões*. Em muitos casos, inclusive, as *ideias* eram preteridas por práticas abusivas da violência como formas de controle dos conflitos. Não é por acaso que muitos adolescentes com o qual convivi na Fundação se posicionam de forma cética diante do princípio da igualdade que norteia a “reciprocidade entre *ladrões*”, já que se trata de um ideal de difícil concretização nas práticas cotidianas.
- 8 Acredito que essas possíveis variações do “fazer PCC” na instituição decorram basicamente de dois fatores. Em primeiro lugar, embora possa existir um número considerável de adolescentes dispostos a *baterem de frente com o sistema*, isto é, de enfrentarem a organização institucional que permeia a medida socioeducativa com o objetivo de desestruturar seus procedimentos, em muitos casos, não há *ladrões de visão* que assumam posições de agenciamento e mediação de conflitos nas relações entre os adolescentes e deles com os profissionais que atuam na instituição. Isto porque, uma coisa é conhecer o *proceder* que se refere à “ideia PCC”, outra coisa é conseguir fazer dela o eixo que coordena as relações cotidianas entre os diferentes atores da instituição. Já o segundo motivo diz respeito à maior dificuldade em ter acesso a aparelhos celulares no interior da instituição, dificultando assim a comunicação com as prisões que se apresentam como “pontos irradiadores da *visão*”. Além dos saberes sobre como *tocar a cadeia*, o contato direto com a prisão garante também uma maior legitimidade dos jovens que assumem posições de liderança diante do restante da *população*, na medida em que as orientações passadas para a *população* de internos não partem destes jovens. Ou seja, eles se colocam como intermediários que transmitem a *visão do certo*, reafirmando assim o caráter incorpóreo do movimento PCC, tanto na sua dimensão transcendente como em seus agenciamentos imanescentes.
- 9 Essas situações vivenciadas no “fazer PCC” na antiga FEBEM eram contraditórias diante da “ideia PCC” apresentadas em pesquisas sobre o tema. O presente livro de Biondi, portanto, ajuda não a desfazer a contradição, mas a entendê-la como parte do movimento em que *ritmos*, *sintonias* e *repercussões* acontecem de modo diferenciado. Ou seja, a territorialização da “ideia PCC” não acontece por meio de um padrão pré-estabelecido, mas como um movimento singular de *sintonia* e *repercussão* que pode levar a *ritmos* diferenciados e até deturpados de sua ideia original.

- 10 Daí a importância da comunicação e dos aparelhos celulares, sobretudo em espaços de privação de liberdade, como dispositivos que potencialmente eliminam os ruídos no movimento de capilarização da “ideia PCC”, assim como a presença de *ladrões de visão*, pois cabe a eles a *responsabilidade* de fazer *repercutir o certo*. Aqui vale ressaltar os predicados desses *malandros*, especialmente em sua capacidade de desenvolver o *autocontrole*. É por meio dele que, por um lado, evita-se tomar atitudes isoladas e na emoção (ação que denota falta de *visão* e práticas injustas de *malandrão*) e, por outro lado, reforça a característica de um ladrão que age na razão (“analisa os dois lados da moeda”), que sabe usar com parcimônia as palavras (“a língua é o chicote do corpo”) e que encontra um equilíbrio entre a *humildade* e a *cabulosidade*. Atributos esses que estão em *intonia* com a *disciplina do comando*.
- 11 Outra *situação* que gostaria de destacar para pensar como a “ideia PCC” se espalha entre os segmentos populacionais das *quebradas* refere-se a uma figura que não aparece na pesquisa, mas que parece muito presente como uma “categoria acusatória” nesses territórios: o *Zé povinho*. Trata-se de um adjetivo pejorativo e genérico que abarca um universo heterogêneo de pessoas, sobretudo aquelas que possuem o costume de “tomar conta da vida dos outros”. Em alguns casos pessoas podem ser rotuladas genericamente de *Zé povinho*, como pude perceber muitas vezes quando adolescentes se referiam pejorativamente a segmentos populacionais não relacionados diretamente com o *crime* (moradores, trabalhadores). Em outras situações esse estigma não se refere tanto ao sujeito em si, mas sim a sua prática. Ou seja, uma fala ou atitude de um *ladrão*, por exemplo, pode ser considerada como uma prática de *Zé povinho*, no entanto, sem necessariamente implicar em ser rotulado como tal ², como acontece, por exemplo, na Fundação quando um jovem resolve observar e comentar negativamente sobre a vestimenta de um educador que leciona na instituição. Neste momento ele pode ser acusado pelos demais internos de realizar práticas de *Zé Povinho*. Muitas vezes, tanto dentro como fora da Fundação, escutei a expressão: “*Zé povinho é mato*”. Afirmação que interpreto de dois modos: são pessoas tanto que “não valem nada” (não agregam e só querem ver a derrota e as iniquidades do outro), assim como “crescem” em todo lugar (sua presença é numerosa). Sendo assim, sua presença não deve ser negligenciada nas *quebradas*.
- 12 A partir destas considerações é possível identificar com clareza como se deu a inserção de Karina Biondi no campo com o objetivo de construir uma descrição de dentro do *movimento*, já que seus interlocutores eram *ladrões* ou eram pessoas que estavam de algum modo em *intonia* com o *crime*. Mesmo suas incursões pela *quebrada* se mostram fortemente influenciadas pelos *ladrões*. Isso fica evidente quando a autora relata sua incursão pela Favela Cadência com o *ladrão* Lúcio (2018: 331-334), em que o diálogo com uma moradora (Dona Nívea que relata os benefícios trazidos pelo *movimento*) é introduzido, acompanhado e mediado por Lúcio. Como resultado, a pesquisa tende a seguir caminhos por onde as *ideias repercutem* e são *abraçadas*.
- 13 Potencialmente, a visão daqueles considerados *Zé povinho* representa seu oposto e relativiza até que ponto os moradores sem relação com o *corre* tem o poder para realizar a chamada *revolta dos humildes* (enfrentar o *ladrão* que representa o *crime* na *quebrada*) caso se sinta oprimida pelos *ladrões*. Será que ele aceita ser pontuado por “este tipo de gente” estigmatizada por uma categoria acusatória pejorativa? Será que é plausível e crível que pessoas não envolvidas com o *crime* decidam entrar em conflito com *ladrões*? Pois, como mostra a autora, mesmo para os *ladrões* que possuem uma maior

familiaridade com esse universo, ir para um *debate* envolve muitos riscos e os resultados são inesperados.

- 14 Por fim, um último aspecto que gostaria de chamar a atenção diz respeito ao cuidado em manter a polícia afastada da *quebrada*. Aqui os *irmãos* e *responsas* aparecem como mediadores de conflitos e demarcadores de território, pois determinam onde os *ladrões* podem ou não roubar, já que, como afirma o título do livro, é “proibido roubar na *quebrada*”. No entanto, existe o risco de ladrões (no sentido estrito daqueles que subtraem bens de outrem) trazerem a polícia para dentro da *quebrada* na fuga após a realização do *corre*. Com a presença da polícia, a *quebrada* fica *moiada* prejudicando o funcionamento do comércio de venda de drogas e expondo outros *ladrões* que possivelmente estejam *pedidos pela justiça*. Dessa *situação* decorrem possíveis tensionamentos, sobretudo, entre ladrões e traficantes. Como me confidenciou certa vez um aluno da Fundação que cometia roubos e entrou em atrito como os *irmãos* de sua *quebrada*: “a *quebrada* é meu refúgio, é onde estou protegido após *fazer meu corre*. Se eu não puder ir para lá, para onde eu vou?”. Este tipo de cobrança remete, como destacou Biondi na pesquisa, a um maior protagonismo do tráfico *no crime* e nas próprias *quebradas*, já que as *biqueiras* representam pontos de emanção a “ideia PCC”, seja para aqueles que estão envolvidos diretamente - varejistas e usuários -, seja para os moradores que enxergam neste local um meio de levar suas demandas para os *ladrões* com o objetivo que eles arbitrem um conflito.
- 15 Mais do que possíveis imperfeições ou defeitos da pesquisa, os aspectos levantados no decorrer desse texto são fruto das reverberações provocadas pela leitura do livro e como sua narrativa colocaram as minhas ideias em movimento. A resenha, portanto, buscou ao mesmo tempo reafirmar a incompletude como uma premissa importante não apenas da pesquisa de Biondi, mas do próprio exercício do fazer etnográfico, e, ao mesmo tempo, oferecer novas conexões e caminhos a serem explorados por aqueles que se debruçam em pesquisar novos modos de agenciamento nas cidades brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

- BIONDI, Karina. 2010. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- FELTRAN, Gabriel. 2018. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAPLANTINE, François. 2004. *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem.
- MALLART, Fábio. 2014. *Cadeias dominadas*. São Paulo: Terceiro Nome.
- MARQUES, Adalton. 2014. *Crime e proceder: um experimento antropológico*. São Paulo: Alameda.
- OLIC, Mauricio. 2017. “Arrastão ou lagarteado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA”. São Paulo: *Educação e Pesquisa*, vol. 42 (nº 2), 357-377.

NOTAS

1. Para uma discussão mais detida das dinâmicas integrativas e conflituosas das relações do professor em sala de aula na Fundação CASA (cf. Olic: 2017).
 2. Essa expressão pode ser usada também com relação a “não humanos”, como programas televisivos ou determinados estilos musicais.
-

AUTOR

MAURICIO BACIC OLIC

Mestre em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo